REVISTA
REDAÇÃO
08/03/2015 - Ed. 08

LISTA APROFUNDA A CRISE

Relação encaminhada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao STF atinge a gestão de Dilma, amplia a divisão na base governista e leva os presidentes da Câmara e do Senado a partir para o confronto aberto contra o governo

Sérgio Pardellas

// ÁGUA E DEMOCRACIA
SÍLVIO CACCIA BAVA

// DESAFIOS ATUAIS DA DELAÇÃO PREMIADA
JOSÉ LUÍS OLIVEIRA E RODRIGO DALL'ACQUA

Lista aprofunda a crise (SÉRGIO PARDELLAS)

Relação encaminhada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao STF atinge a gestão de Dilma, amplia a divisão na base governista e leva os presidentes da Câmara e do Senado a partir para o confronto aberto contra o governo

"**A TAREFA** de governar faz-se, a cada dia, mais complexa e difícil". As palavras são de Getúlio Vargas, no célebre discurso do dia 7 de setembro de 1938, durante o Estado Novo, mas poderiam muito bem ter sido proferidas por Dilma Rousseff. A presidente da República inicia a semana mergulhada numa crise política e institucional sem precedentes na era petista no poder. Nem no ápice do escândalo do mensalão o governo esteve tão isolado. Um distanciamento para o qual ele mesmo contribuiu, através de manobras políticas atabalhoadas e de sérios equívocos administrativos cometidos pela presidente e seus auxiliares desde o início do segundo mandato. Nos últimos dias, a crise agravou-se em decorrência de uma aposta de elevadíssimo risco feita pelo Palácio do Planalto. Num esforço para conseguir escapar da agenda negativa, o governo jogou todas as suas fichas na divulgação da aguardada lista entregue pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao ministro do STF, Teori Zavascki. Apostava nos bastidores que, ao trazer integrantes da oposição e aliados que lhe causavam embaraços no Congresso, a relação dos 54 nomes – entre os quais 45 parlamentares, sendo 28 com pedidos de abertura de inquérito – implicados no escândalo do Petrolão tiraria Dilma das cordas e equilibraria o jogo político. A estratégia revelou-se um tiro no pé.

A RELAÇÃO QUE IMPÔS MEDO - Às 20h11 da terça-feira 3, o ministro do STF Teori Zavascki recebeu do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a lista com 28 pedidos de abertura de inquérito contra 54 pessoas envolvidas no Petrolão

A divulgação da lista de Janot, ao contrário do que acalentava Dilma e assessores, teve efeito explosivo no Planalto. Os vazamentos iniciais, que envolveram os nomes dos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), instigaram ainda mais a ira dos já descontentes peemedebistas. Ao saber da inclusão de seus nomes, Renan e Cunha resolveram declarar guerra ao Planalto. A situação se deteriorou ao se conhecer o inteiro teor do documento enviado por Janot ao STF. Motivo: a relação empurrou cabeças coroadas da gestão Dilma para o epicentro do Petrolão. Figuram na lista, extraída a partir da delação de integrantes confessos do esquema de desvios bilionários de recursos da Petrobras, cinco ex-ministros do governo – Antônio Palocci e Gleisi Hoffmann (Casa Civil), Edison Lobão (Minas e Energia), Mário Negromonte e Aguinaldo Ribeiro (Cidades). E mais. Nas delações, a própria presidente Dilma foi mencionada. No entanto, a citação à presidente da República não foi considerada suficiente por Janot para ensejar um pedido de abertura de inquérito contra ela no STF. O procurador disse que a Constituição não permite que Dilma seja investigada por qualquer ato sem relação com o exercício do cargo de presidente, durante a vigência do mandato. Segundo Janot, as referências à presidente na Lava Jato são alusivas a fatos ocorridos antes de ela assumir o Planalto, em 2011, como a compra da refinaria de Pasadena, no Texas, quando Dilma era ministra de Minas e Energia e presidente do Conselho de Administração da Petrobras. A decisão, no entanto, está envolta em polêmica. "A exclusão do nome da presidente Dilma Rousseff da lista da Lava Jato não significa inocência", reconhece Ophir Cavalcanti, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). "Se quisesse, Janot poderia ter pedido licença ao Congresso para investigar a presidente.

HOLOFOTES Na segunda-feira 3, um dia antes da revelação da lista, o procurador da República, Rodrigo Janot, posou para fotos segurando cartaz entregue por integrantes do Movimento Limpa Brasil

Optou, porém, pela decisão mais conservadora", afirmou um ex-procurador da República ouvido por ISTOÉ. Outros sete políticos citados pelos delatores foram excluídos da investigação por recomendação de Janot, entre eles o senador Aécio Neves (PSDB-MG) e o deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB). No caso de Aécio, principal líder da oposição, a citação feita pelo doleiro Alberto Youssef era indireta. Ele disse que teria ouvido alguém dizer que havia envolvimento do senador mineiro. Há, ainda, um agravante. Segundo o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, os procuradores insistiram em perguntas sobre o senador tucano induzindo-os a mencioná-lo. "Ouvir dizer não é nada. E essa postura adotada é ilegal. Delação tem que ser voluntária. Não pode ser dirigida contra", afirmou Kakay. Contra Dilma a suspeita é outra. Segundo relato obtido pela Operação Lava Jato, a atual presidente teria conhecimento do que se passava na Petrobras. A investigação poderia, em tese, concluir pela prática de crime por omissão.

A maneira atrapalhada com que o governo – tendo Dilma, Aloizio Mercadante (Casa Civil) e José Eduardo Cardozo (Justiça) à frente – conduziu as articulações no sentido de tirar proveito da divulgação da lista pesou decisivamente para a deflagração da crise institucional. Na semana anterior ao encaminhamento da relação ao STF, o Planalto demonstrou incontida satisfação ao tomar conhecimento da inclusão na lista de integrantes do PSDB e de políticos considerados aliados, mas que nos últimos tempos estavam endurecendo o jogo com Dilma, casos de Renan e Eduardo Cunha. "Com a lista, a correlação de forças vai mudar", fizeram questão de espalhar ministros do governo. A reação dos aliados mencionados foi imediata e contundente. O presidente do Senado contra-atacou à notícia do seu envolvimento no Petrolão disparando contra o governo. A primeira retaliação ocorreu na terça-feira 3, quando Renan anunciou a devolução da Medida Provisória 669/2015, que reduz a desoneração da folha de pagamentos das empresas, adotada em 2011 pelo governo para aliviar os gastos com mão-de-obra e estimular a economia. A medida era considerada essencial para os planos do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, de aumentar as receitas do governo. Em seguida, Renan adiou a sessão em que deputados e senadores poderiam analisar vetos da presidente Dilma e o Orçamento de 2015, impondo mais uma derrota ao Planalto.

OS POLÍTICOS DA LAVA JATO

INVESTIGADOS

RENAN CALHEIROS
(PMDB-AL) – Presidente do Senado

EDUARDO CUNHA
(PMDB-RJ) –Presidente da Câmara

ROSEANA SARNEY
(PMDB) – Ex-Governadora do Maranhão

JOSÉ MENTOR
(PT-SP) – Deputado Federal

FERNANDO COLLOR
(PTB- AL) – Senador

HUMBERTO COSTA
(PT-PE) – Senador

CIRO NOGUEIRA
(PP-PI) – Senador

GLEISI HOFFMANN
(PT-PR) – Senadora e ex-ministra da Casa Civil

ANTÔNIO ANASTASIA
(PSDB-MG) – Senador

ANTONIO PALOCCI
(PT) – Ex-ministro da Fazenda

LINDBERGH FARIAS
(PT-RJ) – Senador

JOÃO VACCARI NETO
Tesoureiro do PT

EDISON LOBÃO
(PMDB) – Ex-ministro de Minas e Energia

MÁRIO NEGROMONTE
(PP) – Ex-ministro das Cidades

CÂNDIDO VACCAREZZA
(PT-SP) – Ex-Deputado Federal

E MAIS:

Romero Jucá, João Pizzolatti, Aníbal Gomes,Vander Loubet, Simão Sessim, Arthur Lira, Benedito de Lira, Nelson Meurer, Luiz Carlos Heinze, Pedro Corrêa, Pedro Henry, José Otávio Germano, Luiz Fernando Faria, Roberto Coutinho, Eduardo da Fonte, Aguinaldo Ribeiro, Aline Correa, Aníbal Gomes, Carlos Magno, Dilceu Sperafico, Gladson Cameli,Gerônimo Pizzoloto, João Leão, Luiz Argolo, Sandes Jr, José Afonso Hamm, José Linhares da Ponte, José Olímpio Moraes, Lázaro Botelho, Renato Mole, Roberto Ferreira Brito, Valdir Raupp, Vilson Covatti e Waldir Maranhão

ARQUIVADOS

AÉCIO NEVES
(PSDB-MG) – Senador

DELCÍDIO AMARAL
(PT-MS) – Senador

HENRIQUE EDUARDO ALVES
(PMDB-RN) – Deputado Federal

ALEXANDRE SANTOS
(PMDB-RJ) – Deputado Federal

TIRO NO PÉ Aloizio Mercadante, chefe da Casa Civil, participou das articulações que antecederam a divulgação da relação de Janot

Eduardo Cunha também mostrou as armas. Na quarta-feira 4, aprovou a proposta de emenda à Constituição (PEC) que amplia de 70 para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória de magistrados de tribunais superiores, a chamada "PEC da Bengala". Foram 318 votos a favor da proposta. Um massacre na votação que incomoda o governo e deve tirar de Dilma o poder de indicar cinco ministros do STF até 2018. Mas foi na CPI da Petrobrás que Cunha produziu o maior estrago para o Planalto. Articulou com o presidente da Comissão e seu aliado Hugo Motta (PB) a contratação de uma empresa estrangeira para investigar movimentações financeiras no exterior de integrantes do governo envolvidos no Petrolão e anunciou a criação de quatro sub-relatorias – enfraquecendo o trabalho do relator, Luiz Sérgio (PT-RJ). No mesmo dia, a CPI convocou para depor os ex-presidentes da Petrobras Graça Foster e Sérgio Gabrielli, além do ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa, do ex-diretor de Serviços Renato Duque e dos ex-diretores da área Internacional Nestor Cerveró e Jorge Zelada. Diferentemente dos convites, as convocações tornam a ida à Câmara obrigatória. Os depoimentos podem ter efeito devastador para o governo. Para piorar o ambiente, o ministro da Educação, Cid Gomes, declarou que o Congresso abrigava 400 achacadores. A afirmação levou Cunha a convocá-lo para prestar explicações na Câmara.

Ato contínuo à resposta ao governo, a dupla Cunha e Renan se voltou contra o procurador-geral, Rodrigo Janot. Além de pedir acesso à documentação, Renan criticou procedimentos do MPF no caso da Lava Jato e defendeu novas regras para a recondução ao cargo de procurador-geral da República, como a desincompatibilização do posto antes do período eleitoral. "Nós estamos agora com o procurador em processo de reeleição. Quem sabe se, mais adiante,não vamos ter também que regrar esse sistema que o MP tornou eletivo", disse numa clara referência a Janot, que encerra seu mandato no cargo em setembro, mas pode ser reconduzido ao posto caso a presidente Dilma decida e o Senado aprove. Eduardo Cunha fez acusações mais sérias. Disseminou entre pessoas próximas que a informação sobre a inclusão do seu nome na lista do Petrolão chegou em primeira mão ao Palácio do Planalto. E foi efusivamente comemorada antes de ser vazada à imprensa. Teria inspirado até um brinde de champanhe entre importantes ministros de Dilma. Ainda na versão difundida por Cunha, seu nome foi estrategicamente incluído da lista pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que teria trabalhado em parceria com o procurador-geral. Aécio foi numa toada semelhante. "Foram infrutíferas as tentativas do governo de envolver a oposição na investigação", afirmou.

A desorientada articulação política do governo deu margem para as acusações. Antes de concluir a lista final de investigados com foro privilegiado, a rotina do procurador-geral, Rodrigo Janot, foi consumida por reuniões com autoridades do governo. Em fevereiro deste ano, pelo menos três encontros de Janot se tornaram públicos. O primeiro deles ocorreu no início da noite do dia 25 de fevereiro. Em seu gabinete, o procurador-geral recebeu o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

EM VÃO
A presidente Dilma Rousseff se reuniu na quarta-feira 4, no Palácio do Planalto, com os líderes dos partidos da base aliada no Senado e na Câmara. Encontro, no entanto, não foi capaz de serenar os ânimos políticos

O prédio da PGR fica em uma área afastada da Esplanada e o acesso à ala que abriga o gabinete de Janot é feito por vagas exclusivas de garagem, com filtro de entrada e saída. Desde janeiro, as autoridades teriam se falado pessoalmente em pelo menos outras três agendas não divulgadas pela PGR ou pelo Ministério da Justiça. Ambos negaram que a lista de políticos envolvidos na Operação Lava Jato tenha pautado os encontros. Alegaram, num primeiro momento, ter discutido um projeto legislativo que envolvia competências do Ministério Público Federal e da Justiça. Duas horas depois, as assessorias das duas autoridades alteraram a versão. Dessa vez, disseram que os encontros destinaram-se a discutir a ampliação da segurança de Janot, que teve sua casa arrombada no fim de janeiro. Os ladrões teriam levado apenas o controle remoto da garagem. Após o episódio, a segurança do procurador-geral foi reforçada.

PRÓXIMOS PASSOS DA LAVA JATO

1

A lista inclui políticos com foro privilegiado e as investigações correm independente de processos contra as empreteiras e outros envolvidos na Lava Jato. Estes sob os cuidados do juíz Sérgio Moro

2

O relator Teori Zavascki decide se aceita ou não a abertura de inquéritos contra as 28 pessoas citadas no pedido de investigação do Ministério Público

3

Com base nas diligências, o procurador pode pedir o prosseguimento ou arquivamento das investigações

4

O relator pode levar à votação os casos dos investigados sem foro privilegiado, para decidir se serão julgados pela Corte ou pela Justiça de primeira instância. No caso, por exemplo, da senadora Gleisi Hoffmann, seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, foi arrolado no pedido de investigação da esposa, mas não possui foro.

5

Existem casos como o do ex-deputado André Vargas que já foram remetidos para o juiz em Curitiba, Sergio Moro

6

As denúncias contra quem tem foro privilegiado serão analisadas pelo plenário da segunda turma do STF. Se os acusados forem Renan Calheiros, que preside o Senado, e Eduardo Cunha, que comanda a Câmara, os casos serão analisados pelo plenário da Corte

7

Se os ministros considerarem que as provas e justificativas do Ministério Público são convincentes, decidem por aceitar as denúncias e ocorre a abertura de uma ação penal. Será o inicio efetivo do processo

GASOLINA NA FOGUEIRA
Ao dizer que havia 400 achacadores no Congresso, o ministro Cid Gomes ampliou o racha na base aliada

Na manhã do dia 26 de fevereiro, Janot esteve no Palácio do Jaburu para uma reunião com o vice-presidente da República, Michel Temer. De acordo com parlamentares do PMDB, teria sido nesta reunião que o procurador-geral confirmou a Temer que Eduardo Cunha e Renan compunham a lista de investigados entregue ao STF. A versão de Janot sobre o encontro, porém, não menciona a Lava Jato. O procurador-geral disse que visitou o vice-presidente no Jaburu para pedir recursos orçamentários para recompor a folha salarial do Ministério Público da União. Ainda na noite do dia 26 de fevereiro, Janot foi visto deixando o Palácio da Alvorada após as 21h. A assessoria do procurador, porém, desmente qualquer encontro com a presidente Dilma Rousseff.

A deterioração do cenário político consome as preocupações no Planalto. Dilma nunca esteve tão irascível, segundo relatos de auxiliares. Teme-se no PT que a crescente insatisfação da população, em razão de medidas impopulares anunciadas pelo governo nos dois primeiros meses do segundo mandato, somada ao estremecimento na relação com o Congresso crie um ambiente mais receptivo a um eventual pedido de impedimento da presidente. No fim da semana passada, ministros começaram a considerar a possibilidade de promover uma espécie de pacto nacional que inclua o PSDB, principal partido de oposição ao petismo. Com medo da recessão, setores empresariais e financeiros serviriam de ponte para a negociação.

SÉRGIO PARDELLAS é Jornalista e escreve periodicamente para esta publicação. **Revista ISTO É, Março de 2015.**

Desafios atuais da delação premiada (JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA E RODRIGO DALL'ACQUA)

DISCUSSÕES sobre a delação premiada costumam se dar de forma polarizada, com posições veementemente contra ou a favor. Para alguns, o instituto é abjeto, pois o Estado não pode institucionalizar a traição. Outros argumentam que não há valor moral em manter o silêncio entre integrantes de uma organização criminosa e que o delator age eticamente ao confessar seus pecados, ajudando no combate ao delito que antes cometia.

O debate sobre o valor ético e moral da colaboração premiada é relevante e merece ser aprofundado, mas não pode eclipsar questões que reclamam imediata reflexão. A lei está em vigor e várias de suas mazelas estão sendo expostas, em tempo real, na Operação Lava Jato. Membros da advocacia, Ministério Público e magistratura desempenham papel essencial nesse delicado acordo, e vários de seus deveres e deslizes já se mostram claros.

O advogado tem como principal incumbência orientar o cliente sobre todos os seus direitos - como, a quase esquecida garantia de preservação da imagem do delator (prevista em lei) - e de adverti-lo sobre seus deveres - notadamente a obrigação de não omitir circunstância relevante sobre crimes assumidos. Para evitar que ocorra omissão de fatos na confissão, vale para criminalistas o exemplo dos advogados especializados em direito concorrencial, que, ao assessorarem interessados em acordos de leniência perante o Cade, realizam uma criteriosa investigação interna, analisando e-mails e documentos, entre outras providências, a fim de se aproximarem da certeza de que nenhum dado relevante será omitido.

As hipóteses de conflito de interesses merecem uma cautelosa reflexão por parte do advogado quando consultado para atuar na defesa de mais de um delator no mesmo caso. Uma divergência na versão de dois colaboradores pode acarretar a nulidade do acordo. O advogado tem o dever ético de recusar a causa se vislumbrar a mínima probabilidade de colisão entre as defesas de seus clientes ou de levar ao conflito com as informações sigilosas transmitidas pelos representados. A opção pela delação não retira do cidadão o direito de ser assistido por um profissional comprometido e isento. É temerário constatar, na Lava Jato, vários colaboradores representados por um só advogado.

O Ministério Público, por sua vez, deve cuidar para que o papel de acusador não se sobreponha à função de fiscal da lei, jamais fazendo uso da prisão cautelar como meio de arrancar delações. Na construção do acordo, o MP não pode inserir benefício ou exigência não admitidos na legislação. Cobrar a desistência de recursos ou prometer vantagens patrimoniais ao

delator são exemplos que a Lava Jato nos fornece de atuação do MP à margem da lei. Diante de qualquer ilicitude, o juiz tem a obrigação de declarar a nulidade do acordo, sem temer a impopularidade de sua decisão. Também por imperativo legal, o magistrado deve perscrutar todos os aspectos da personalidade do colaborador. Quem já descumpriu acordo anterior não oferece traços mínimos de confiabilidade para transacionar novamente com a Justiça.

Além de uma correta atuação de todos operadores do direito envolvidos, é importante que a mídia e a sociedade tenham uma adequada percepção da verdadeira dimensão da delação premiada, sem supervalorização da sua importância. A lei nº 12.850/13 adverte que "nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador". O depoimento não pode ser considerado prova, mas sim instrumento para produção de prova.

Para o bem do seu amadurecimento enquanto instrumento de auxílio no combate ao crime organizado, é essencial que a aplicação da colaboração siga estritamente a lei e os princípios constitucionais, anulando-se todo e qualquer acordo que flerte com a ilegalidade.

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA, 48, advogado criminalista, membro do Instituto dos Advogados, foi presidente da Comissão de Prerrogativas da OAB-SP e da Caixa de Assistência dos Advogados. Seu escritório defende Erton Fonseca, executivo da Galvão Engenharia investigado na Lava Jato. **RODRIGO DALL'ACQUA**, 38, advogado criminalista, sócio de José Luis Oliveira Lima, é diretor do Instituto de Defesa do Direito de Defesa. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2015.**

Água e democracia (SÍLVIO CACCIA BAVA)

- Apoiando a campanha de economizar água, brindemos com whisky sem gelo, rindo daqueles que nos consideram em extinção

ESTAMOS às vésperas de uma crise sem precedentes que tem seu foco no abastecimento de água para várias regiões metropolitanas. São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte já passam por situações de escassez, mas nada parecido com o que se anuncia para o segundo semestre deste ano.

As consequências são graves: indústrias, bares, restaurantes e outros negócios fechando; desemprego; escolas sem aulas; hospitais e equipamentos de saúde necessitando de suprimento regular de água; alimentos encarecendo; e, mais do que tudo, nem uma gota de água nas torneiras de muitas residências por mais de cinco dias. A saúde pública, pelas precárias condições de higiene, fica ameaçada. Grandes mobilizações sociais, violência e repressão vão estar presentes no cotidiano dessas regiões. A instabilidade política se instala.

É um pesadelo que vai se tornar realidade. E, por incrível que pareça, nenhum governante de qualquer dessas regiões apresentou para a população da sua cidade um plano de contingência, agora um plano de emergência, a fim de buscar a solidariedade da sociedade para enfrentar essa crise. Tampouco o fizeram os governos de estados com a responsabilidade pela gestão das políticas de abastecimento de água. A urgência de encontrar formas de enfrentar a falta de água é inquestionável. Todos os esforços precisam ser feitos, especialmente para atender aos setores mais empobrecidos, que não têm alternativas. Para enfrentar a crise é preciso contar com o engajamento e a mobilização de toda a sociedade. É como numa guerra, todos precisam se unir para enfrentar o inimigo.

Para contar com a mobilização de toda sociedade, porém, é preciso transferir a ela informações, responsabilidades e poderes, democratizar a gestão e abri-la para a participação cidadã, permitir o controle social das políticas públicas. No caso concreto, submeter à cidadania o plano de emergência para enfrentar a escassez de água. E não há ninguém fazendo isso. Esse distanciamento dos governos com o povo, no período crítico da falta de água, vai levar a enfrentamentos. A água é vital, e quem tem sede fará qualquer coisa para sobreviver. É para evitar essa situação de barbárie que precisamos afirmar o interesse público acima de qualquer interesse privado e convocar a população a se engajar em novos espaços de gestão criados para compartilhar o enfrentamento da crise.

A falta de água não é só responsabilidade de São Pedro. Ela é resultado do desmatamento da Amazônia; do uso irrestrito da água pelo agronegócio e pela mineração; do desperdício, contaminação e falta de reaproveitamento por parte da indústria; da ocupação das áreas de mananciais; da poluição dos rios e represas; da falta de esgotos em nossas cidades. O que acaba com a nossa água é o modelo de desenvolvimento que submete a sociedade aos interesses dos distintos grupos empresariais, de banqueiros a exportadores de commodities.

Enfrentar a crise significa também olhar para o futuro. Nossos governos, em sucessivas gestões, falharam no planejamento, execução e controle das políticas de recursos hídricos e saneamento básico. Deveriam ter defendido o interesse público, mas se submeteram à lógica do setor privado. Uma lógica que, assumida pelos governantes, demonstra a captura da esfera da política pelos grandes grupos empresariais e sua doutrina neoliberal. Não foi um erro de gestão trazer a crise para os dias de hoje, foi uma opção.

Assim, é preciso também considerar o modelo de gestão dessa política, recuperar seu sentido de política em defesa do interesse público e criar novos modelos de gestão em que o Estado e a cidadania tenham maior peso nas decisões que o setor privado. A água não pode ser tratada como mercadoria, ela é essencial para a vida, ela é um direito humano, um bem público. Todos têm direito à água para beber, para cozinhar, para higiene pessoal. No entanto, afirmar esse direito é uma tarefa difícil e complexa. Para superar as causas da crise hídrica é preciso enfrentar grupos poderosos, com bancadas parlamentares para defender seus interesses no Congresso, com muito dinheiro para influir na política. Com o bloqueio, ou captura, dos canais de negociação propiciados pela democracia, o caminho das ruas é o leito natural da expressão do desespero social, da indignação, da revolta. Aí se abre o imponderável. E os governos, neste momento, só têm a repressão como resposta às mobilizações sociais.

A pressão dos movimentos sociais e das manifestações de rua pode abrir espaço para a proposta de reforma política com Constituinte independente – a única maneira de oxigenar a democracia brasileira. Para isso, contudo, é preciso criar uma ampla coalizão na sociedade civil, como no tempo das Diretas Já!, a fim de garantir o sentido democrático dessas mudanças.

SÍLVIO CACCIA BAVA é Diretor e editor-chefe do Le Monde Diplomatique Brasil. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Março de 2015.**

Lucas Rocha Curso de Redação

Somos todos Téo Pereira (CRISTIANE SEGATTO)

Como a obsessão por cliques e "likes" sabota a criatividade

TÉO PEREIRA, o personagem do Paulo Betti na novela Império (Foto: Divulgação/TV Globo)Desde que levantou da cama hoje cedo, quantas vezes você checou a quantidade de cliques e "likes" que seu último post recebeu nas redes sociais? Seja sincero. Não vale bancar o monge em profundo estado meditativo no alto da montanha.

Aposto que tirou o celular do bolso e espiou as notificações do Face enquanto aguardava o café no balcão da padaria. Isso se não perdeu uma hora inteira da sua manhã só para checar se riram da sua piada, se fizeram um afago no seu ego ou se o seu comentário impressionou alguém. Somos todos Téo Pereira. O blogueiro maldoso e obcecado por cliques e "likes" na novela Império não está sozinho em sua sede de audiência. Essa não é uma prerrogativa de quem escreve para ganhar a vida. É uma necessidade de quem respira para continuar vivo.

O personagem de Paulo Betti é mais do que o estereótipo dos blogueiros sem ética. Téo Pereira é absolutamente humano. Queremos ser notados, apoiados, admirados ou odiados. Queremos existir. As redes sociais são um sucesso porque atendem a esses desejos e os levam às últimas consequências. Quem resiste à tentação de estar conectado o dia todo? As redes

sociais são um instrumento incrível, mas é preciso saber usá-las. Téo Pereira corre sérios riscos – e não apenas porque alguém pode se vingar de seus posts ferinos. Meu malvado favorito pode se autodestruir num nevoeiro mental sem fim.

O neurocientista Daniel J. Levitin, da McGill University, no Canadá, explica isso muito bem no livro "The Organized Mind: Thinking Straight in the Age of Information Overload" (algo como "A mente organizada: pensando com clareza na era da sobrecarga de informação), ainda sem edição no Brasil. "Cada atualização do Facebook que você lê, cada tweet ou mensagem de texto que recebe compete por recursos no cérebro com outras coisas importantes a fazer", afirma. "Por exemplo, lembrar onde deixou o seu passaporte, tomar uma boa decisão sobre onde investir suas economias ou tentar uma reconciliação com um amigo depois de uma discussão".

Vários estudos demonstram que para ser mais produtivo e criativo é preciso fatiar o dia para acomodar diferentes projetos ao longo dele. Cada coisa precisa ter sua hora e seu lugar. O neurocientista aconselha que as pessoas estabeleçam horários específicos para entrar nas redes sociais e para checar emails, em vez de permitir que essas e outras ferramentas provoquem constantes interrupções. "A criatividade aumenta quando nos concentramos em uma única tarefa durante 30 minutos ou mais", escreve Levitin. A ideia de que é possível fazer tudo-ao-mesmo-tempo-agora é sedutora, mas nosso cérebro não é capaz de processar tanta coisa sem perder a energia necessária para realizar o que realmente importa. Dá para fazer tudo ao mesmo tempo, mas não dá para desempenhar bem todas as tarefas.

"A ideia de que podemos ser "multitasking" é uma ilusão diabólica", afirma Levitin. Ele cita os trabalhos do neurocientista Earl Miller, do MIT, um dos maiores especialistas em atenção dividida. Em vários estudos, Miller demonstrou que nosso cérebro não foi conectado para desempenhar múltiplas tarefas ao mesmo tempo. Achamos que somos "multitasking", mas apenas conseguimos mudar de uma tarefa a outra rapidamente. Cada vez que fazemos isso há um custo cognitivo. "Não somos excelentes malabaristas capazes de manter todas as bolas no ar', diz Levitin. "Estamos mais para equilibristas de pratos amadores."

Passar o dia checando as redes sociais ao mesmo tempo em que desempenhamos outras tarefas aumenta a produção de cortisol, o hormônio do stress. Ele superestimula o cérebro. Em vez brilhantismo, colhemos pensamentos embaralhados. Há também um custo metabólico nessa história toda. Obrigar o cérebro a desviar a atenção de uma coisa para outra faz o córtex pre-frontal queimar mais glicose oxigenada. Esse é o mesmo combustível necessário para manter o foco numa tarefa e desempenhá-la bem.

Em resumo: nosso cérebro parece configurado para tomar certo número de decisões por dia. Quando atinge seu limite, não pode decidir mais nada – mesmo que seja a tarefa mais importante do dia. Depois de um tempo nesse ritmo alucinado e sem foco nos sentimos exaustos, desorientados, improdutivos. Adeus, criatividade. Será que o castigo para o ferino Téo Pereira será mergulhar num vazio criativo de fazer dó? Aguardemos seus próximos "Publique-se".

CRISTIANE SEGATTO é Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Março de 2015.**

Haters gonna hate (GREGORIO DUVIVIER)

A INTERNET é uma escola de ódio - basta ler a sessão de comentários, abaixo desse texto, em sua versão on-line. Comentar em portais dá trabalho, quem já tentou sabe. E é um trabalho não remunerado, obviamente. Sempre desisto no meio, em geral quando pedem o CPF. "Ah, deixa, não era importante mesmo". No entanto, quem odeia de verdade tem toda a paciência do mundo. Sempre fico espantado com a quantidade de pessoas que gastam minutos preciosos da vida na expressão do ódio não remunerado.

Quando pequeno (de idade, já que continuo pequeno de tamanho) não gostava da cor verde --e nem de cenoura, feijão, orégano, salsinha, peixe cru, arroz, beterraba ou berinjela. Também não gostava de palhaços, do Flamengo, da Xuxa ou do Power Ranger verde (sim, pouca gente se lembra dele, mas ele existia). Não gostava de ir à escola, nem à natação, nem à terapia, nem à ginástica olímpica (não me perguntem o porquê, mas eu fazia ginástica olímpica). Não gostava de dormir e menos ainda de acordar. Não gostava de ter que falar com pessoas que eu não conhecia. Não gostava de Carnaval.

Não-gostar era um esporte - o único que eu praticava com disciplina e fervor. E teria continuado não-gostando pro resto da vida não fosse a minha mãe - pós-doutora na arte de gostar do mundo. Toda vez que eu dizia um peremptório "não gosto", ela soltava, na lata: "aprende a gostar" e me empurrava a salsinha goela adentro. Eu espumava de ódio - para mim, era óbvio que não-gostar era um traço imutável da personalidade, assim como a timidez, que, quando eu usava como desculpa, ela rebatia: "timidez é falta de educação".

Com o tempo, vi pessoas mudarem de time, de sexo e até de cor dos olhos (no Panamá) e deduzi que gostar ou não gostar de salsinha não podia ser uma questão tão séria - e seria muito melhor para mim que não fosse.

Imagine duas vidas paralelas. Em uma delas, você gosta da Anitta - ou, pelo menos, a existência dela não te incomoda. Na outra, toda vez que você vê a cara da Anitta você tem engulhos, quando ouve a voz da Anitta o estômago revira, você evita ir a festas porque sabe que vai tocar Anitta. O objeto não-gostado acaba ocupando um espaço gigantesco do seu

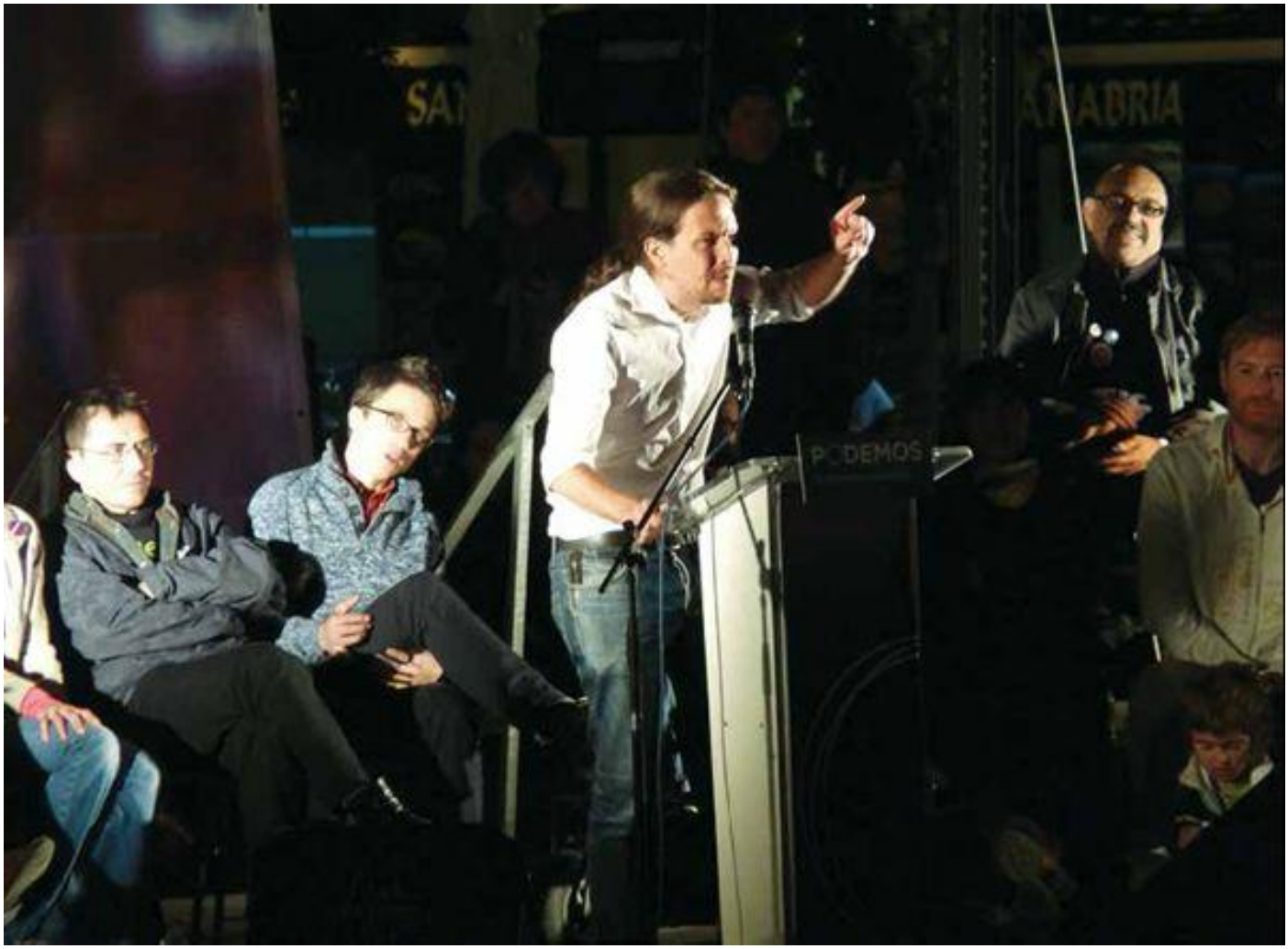
tempo -muito maior do que os objetos gostados. Aprender a gostar é, sobretudo, perceber que não vale a pena perder tempo com o que você não pode mudar.

A matemática é simples: sua vida vai ser melhor se você gostar - não só da salsinha, mas gostar de gostar. Ou melhor: gostar de gostar de gostar. Obrigado, mãe.

GREGORIO DUVIVIER é ator e escritor; é também um dos fundadores do portal de humor Porta dos Fundos e colunista da Folha. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2015.**

Organizando a indignação (RUY BRAGA)

O podemos, partido recém-criado pela aliança entre o jovem precariado espanhol e intelectuais de esquerda, alcançou 28% das intenções de voto para as eleições legislativas de novembro de 2015



OS SISMOS causados pelo movimento dos Indignados espanhóis ameaçam se transformar em um terremoto político devastador para o neoliberalismo. De acordo com uma pesquisa eleitoral divulgada no início de novembro pelo jornal El País, o Podemos, partido recém-criado pela aliança entre o jovem precariado espanhol e intelectuais de esquerda, alcançou 28% das intenções de voto para as eleições legislativas de novembro de 2015. Esse resultado coloca-o dois pontos à frente do oposicionista Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e oito adiante do Partido Popular (PP) do atual primeiro-ministro, o conservador Mariano Rajoy. Apenas para efeitos comparativos, nas eleições legislativas de maio de 2011, o PP havia conquistado 45% dos votos...

Herdeiro da automobilização da juventude e dos trabalhadores precarizados, o Podemos coroa a indignação social de toda uma geração de jovens espanhóis que, apesar de seus diplomas, agoniza entre o subemprego e a exclusão social. Apoiando-se na crítica a um sistema plasmado por políticas austeritárias impostas pela Troika (isto é, a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu), os Indignados insurgiram-se contra o regime bipartidário (PP-

PSOE) que há trinta e dois anos domina o país. E conquistaram uma rara vitória organizativa por meio de um modelo de ação coletiva, cujo eixo gravita em torno da ocupação de espaços públicos e da organização de assembleias populares.

Além de potencializar a defesa radical dos direitos sociais da cidadania sob fogo cerrado da Troika, esse método favoreceu a resistência às formas tradicionais de cooptação política. Mesmo quando certa desmobilização abateu-se sobre a onda de ocupações iniciada em 15 de maio de 2011, o movimento soube se reaglutinar em torno de coletivos dedicados a inúmeros temas sociais aos quais se somaram intelectuais e ativistas da Esquerda Anticapitalista (um pequeno agrupamento de origem trotskista). Estavam lançadas as bases de um projeto cujos 8% dos votos na eleição europeia de 11 de março deste ano já haviam surpreendido muita gente.

Herdeiro da automobilização da juventude e dos trabalhadores precarizados, o Podemos coroa a indignação social de toda uma geração de jovens espanhóis que, apesar de seus diplomas, agoniza entre o subemprego e a exclusão social

Tendo em vista a composição social do movimento, não é estranho que suas lideranças sejam cientistas sociais da Universidade Complutense de Madri, tais como Pablo Iglesias, recém-eleito deputado europeu, e Íñigo Errejón, coordenador- geral da campanha do partido para o parlamento europeu. Da crise de financiamento das universidades às condições degradantes do mercado de trabalho, uma geração de estudantes que trabalham e trabalhadores que estudam tem estimulado o diálogo das Ciênciais Sociais com públicos extra-acadêmicos.

Íñigo Errejón, diretor de campanha do Podemos nas eleições europeias

Assim, reflexões sociológicas acerca da ação coletiva pós-nacional (Iglesias) ou da luta pela hegemonia na América Latina contemporânea (Errejón), por exemplo, tanto alimentam a crítica ao totalitarismo econômico imposto pela Troika, quanto advertem para os estreitos limites participativos da democracia representativa. Não por outra razão, um reconhecido líder do Podemos, também professor de Sociologia da Universidade Complutense de Madri, Juan Carlos Monedero, afirmou recentemente:

"[Antonio] Gramsci dizia que os tempos de crise são tempos em que o velho ainda não morreu e o novo ainda não nasceu. As instituições vinculadas à Constituição espanhola de 1978 estão aí, mas já não funcionam e as novas instituições estão por construir. (...). A conclusão é que o esgotamento da democracia representativa, a perda de credibilidade de uns políticos que se converteram em burocratas do neoliberalismo, transformou-se na necessidade de inventar novas soluções. Era preciso gente que viesse de fora da política, de fora do sistema, que tivesse a sua profissão e que falasse uma linguagem que as pessoas entendessem. (..). Não viemos do nada. Viemos de muitas lutas, de muita participação em diferentes movimentos sociais. Também de partidos. E estamos num momento histórico em que, como diz o meu mestre, Boaventura de Sousa Santos, é muito importante pensar de outra maneira para que seja possível construir de outra maneira. É preciso romper o marco político em que entregamos aos especialistas a gestão do político, porque os cidadãos perdem a possibilidade de controlar as metas coletivas. (...).

Há que romper a hegemonia de um modelo capitalista que nos transforma a todos em mercadoria e que mede a vida em termos de rentabilidade. (...). Costumo dizer que vivemos tempos em que precisamos de um 'leninismo amável'. (...). (Necessitamos de) um leninismo que enfrente o que chamamos a 'casta' (financeira) de uma maneira dialogada e deliberativa. Somos uma força que conjuga uma altíssima participação popular com a capacidade de decisão popular."1

O "documento final do programa colaborativo" elaborado em assembleias cidadãs que atraíram milhares de ativistas ano passado é, na verdade, uma agenda para a democratização do Estado social de direitos

Juan Carlos Monedero, professor de Ciência Política e líder do Podemos: "Gramsci dizia que os tempos de crise são tempos em que o velho ainda não morreu e o novo ainda não nasceu"

Muitos dirão que o Podemos não advoga uma saída socialista para a crise europeia. O "documento final do programa colaborativo" elaborado em assembleias cidadãs que atraíram milhares de ativistas ano passado é, na verdade, uma agenda para a democratização do Estado social de direitos.2 Além de várias concessões à pequena propriedade, as medidas econômicas apresentadas são de natureza socialdemocrata, concentrando-se na criação de empregos por meio da redução da jornada de trabalho, na regulação social das empresas públicas, na democratização do Banco Central Europeu e no reforço à proteção trabalhista.

1. Maria João Morais e Filipe Pacheco. "Número dois do Podemos diz que 'linha que separa direita da esquerda esgotou-se'". Jornal de Notícias, Lisboa, 4 nov. 2014. 2. Ver http://podemos.info/wordpress/wp-content/uploads/2014/05/Programa-Podemos.pdf. Acesso em 3 nov. 2014.

As medidas políticas propugnadas pelo documento denotam igualmente a adesão a um reformismo forte. Além de exigir a auditoria cidadã da dívida pública, o Podemos propõe o fortalecimento dos mecanismos de controle popular do orçamento de Estado, a democratização dos meios de comunicação, a defesa e a ampliação dos direitos das mulheres, dos grupos LGBTs e dos trabalhadores imigrantes. Em princípio, nenhuma dessas bandeiras é verdadeiramente incompatível com as relações de produção capitalistas. No entanto, nos marcos da crise que atualmente devasta o sul da Europa, a simples defesa do Estado social já configura um sério desafio à reprodução de um capitalismo financeirizado incapaz de realizar concessões aos subalternos.

Nesse sentido, uma eventual vitória de Pablo Iglesias para o cargo de primeiro-ministro seria um duríssimo golpe na Troika. Considerando que Iglesias foi o único dos sete dirigentes políticos citados pela pesquisa do El País a receber uma avaliação positiva do eleitorado, sua eventual eleição é bastante plausível. E como na canção de Ismael Serrano, o medo parece estar mudando de lado: preocupado com os resultados da sondagem eleitoral, o tradicional banco inglês Barclays divulgou um relatório afirmando que o "forte crescimento" do Podemos ameaça a política de austeridade espanhola.3 Contra esse tipo de ataque, Iglesias e seus companheiros têm se empenhado em construir alianças internacionais com forças afins como, por exemplo, o Bloco de Esquerda de Portugal.4

Infelizmente, o movimento português de protesto social intitulado "Que se Lixe a Troika!", cujas duas manifestações, ocorridas nos dias 15 de setembro de 2012 e 2 de março de 2013, reuniram cada uma mais de 1 milhão de pessoas nas principais cidades do país não evoluiu, até o momento, rumo a uma organização à la Podemos. Há inúmeras razões para isso que vão desde a forte hegemonia do Partido Comunista (PCP) sobre o movimento sindical português à massiva emigração de jovens que fragiliza a militância dos novos movimentos, como, por exemplo, a Associação de Combate à Precariedade Precários Inflexíveis. No entanto, tendo em vista o aprofundamento da crise no sul da Europa, é de se esperar que os sismos do terremoto espanhol sejam logo sentidos também em Lisboa.

Protestos de 2011 culminaram em organização de partido

Evidentemente, há ainda um bom tempo até as eleições legislativas de novembro de 2015. Não devemos menosprezar a possibilidade do PSOE liderado pelo jovem secretário-geral Pedro Sanchez Perez-Castejon restabelecer no próximo ano uma posição majoritária entre os eleitores espanhóis. Além disso, parte importante do excelente desempenho do Podemos nas enquetes advém da atração exercida por seu "leninismo amável" sobre os eleitores que votam nulo. Trata-se de uma base de votos um tanto ou quanto fluida. Esse fato aumenta a necessidade de que o partido estreite os laços com a classe trabalhadora tradicional e seus sindicatos. No entanto, apesar de todas essas precauções, é indubitável que a aliança entre o jovem precariado espanhol e intelectuais de esquerda inventou uma alternativa politicamente sedutora. Ao menos por enquanto, a sobrevivência do Estado social na Europa depende do devir desse projeto.

3. Ver Katy Barnato. Why a pony-tailed academic could rock Spain. Disponível em: . Acesso em: 3 nov. 2014.
4. Ver Rita Brandão Guerra. Bloco e Podemos trocam contributos entre Lisboa e Madrid. Público, Lisboa, 3 nov. 2014.

RUY BRAGA é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). **Revista SOCIOLOGIA, Março de 2015.**

Raça, gênero e classe (LUIZ FELIPE PONDÉ)

EXISTEM alguns livros que são urgentes. Hoje vou falar de um deles, principalmente para quem atua na área que os americanos chamam de "humanities" - humanidades. Ou, como dizemos aqui, ciências humanas e literatura. Fiquei boa parte dos anos 1990 em Paris, pesquisando para o doutorado. Nessa época, fiz muitas entrevistas com intelectuais importantes do cenário europeu.

Um deles, Alain Finkielkraut, falava do que ele chamava de "culto da vítima", ou seja, a tendência cultural que surgia então de cultuar vítimas sociais. Se você conseguisse uma "carteirinha de vítima social", sua vida estava em parte resolvida. E escrever sobre essas "vítimas" era garantia de sucesso acadêmico. Mas voltando ao livro. "The Victims' Revolution, the Rise of Identity Studies and the Closing of the Liberal Mind" (a revolução das vítimas, o surgimento dos estudos de identidade e o fechamento da mente liberal, em tradução livre), de Bruce Bawer, publicado pela Broadside Books em 2012, é um livro urgente para as humanidades.

Vale salientar que o "liberal" do título é o liberal no sentido americano, ou seja, algo como "progressista" ou "esquerda". Uma das grandes qualidades desta obra, inédita no Brasil, é a de diagnosticar uma coisa que todo mundo sabe, mas tem medo de dizer: as humanidades agonizam sob a bota do que ele chama de "estudos disso e daquilo" e que, basicamente, se referem a estudos de algum tipo de vítima social. Você não sabe o que é uma vítima social? Pergunte a algum filósofo, sociólogo ou historiador e ele lhe fará uma lista. Se os olhos dele encherem de lágrimas é porque se trata de um "crente". Shakespeare, um gênio? Nada! Um opressor branco e heterossexual. Dostoiévski? Pior, porque além disso tudo era um cristão convicto. E por aí vai.

Não, não vou dar o gostinho aos inteligentinhos e continuar a lista de "malvados" para a "revolução das vítimas". Comprem o livro. Ou editores que não temem a patrulha fascista na academia e no mundo da cultura como um todo publiquem-no para que professores e alunos corajosos tenham acesso ao título em nossa língua. Uma diferença básica entre o estudo clássico das ciências humanas e o tatibitate dos estudos de identidade, ou "masturbação ao redor das vítimas", é que nos estudos clássicos você lê Tolstói para aprender quem somos e como lidar com essa nossa humanidade atormentada. No caso do tatibitate do "estudo das vítimas", o estudo visa apenas converter os alunos aos estudos de "raça, gênero e classe". Não importa o autor - se não for alguém da patota ou alguma "vítima", pau nele.

A paisagem repetitiva e pobre revela a falta de vocação para lidar com as complexidades e ambiguidades da condição humana. Basta gritar coisas como "opressão", "injustiça social", "capitalismo", e você passou na matéria ou defendeu seu doutorado com louvor. Bawer faz referência a um dos livros que estaria na origem da formação dos professores que hoje torturam os alunos para que eles se façam crentes desse tatibitate. Um dos livros seminais desses estudos é "Pedagogy of the Oppressed". Reconheceu a tradução? Sim, é claro! O famoso "Pedagogia do Oprimido", de Paulo Freire, obra essencial para a patrulha ideológica nas universidades americanas.

Incrível porque Freire, que se via como um "libertador", é o mesmo que na época louvava o assassino Mao Tse-Tung e sua revolução cultural como similar ao seu "projeto pedagógico", além, é claro, do grande assassino Che Guevara, também um guru da liberdade. Risadas? Com linguagem "evangélica", termo de Bawer, Freire diz frases de efeito como "Nenhuma educação é neutra". Uau!

Mas o mais ridículo da história dessa pedagogia barata é que os regimes adorados por Freire, o chinês e o cubano, nunca utilizaram esse tatibitate. Pelo contrário, pegaram seus melhores alunos e os encheram de conteúdo "do opressor", a fim de produzirem uma boa educação. Só pedagogos e a moçada das humanidades no Ocidente riquinho é que compraram essa bobagem. Resultado: as ciências humanas, em grande parte, viraram um lixo. Umas igrejinhas.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, 'Contra um mundo melhor' (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2015.**

Não à violência (ROSELY SAYÃO)

PRESENCIEI algo na rua que me deixou chocada. Um casal discutiu, e o rapaz, de uns 20 anos, bateu com violência no rosto da namorada e saiu caminhando calmamente, deixando a garota, da mesma idade, chorando na calçada. Um homem aproximou-se para falar com ela, e foi rechaçado com a frase: "Não se meta em minha vida!".

Todos nós acompanhamos notícias, desde o ano passado, de casos de estupros ocorridos entre colegas em universidades e também do longo silêncio das vítimas. Além disso, creio que muita gente tem conhecimento de que colegas ou amigas já apanharam de seu companheiro. Caro leitor: se você tem filhos, independentemente do sexo deles, esses fatos precisam afetar você. Com proximidade do Dia da Mulher, é bom refletirmos sobre como a educação familiar pode colaborar para que a relação entre homens e mulheres seja mais respeitosa, sem violência.

Primeiramente, vamos considerar as virtudes e os valores ensinados aos filhos. Alguns valores eles aprendem, mesmo à sua revelia, já que são valores sociais fortes, decisivos em nossa sociedade. Exemplos: o consumo, a competição, o individualismo, a busca da felicidade - em geral e de prazer e de satisfação imediatos - e a manutenção da juventude. Por isso, se você quer que eles sejam comedidos e/ou críticos em relação a eles, precisa ensinar.

As virtudes, essas os mais novos dificilmente aprenderão em outro lugar que não na família e na escola. Esta última, com poucas exceções, tem declinado desse papel. Por isso, resta o empenho dos pais para que os filhos tenham contato, na prática e no convívio familiar, com as virtudes escolhidas pelo grupo. O amor à vida pode ser considerado uma virtude ampla o suficiente para abarcar o valor da convivência pacífica e empática entre homens e mulheres. Pode parecer óbvio demais pensar em ensinar aos filhos o amor à vida, não é? Mas, em tempos consumistas, em que o descarte não é mais só de objetos, mas também de pessoas e de relacionamentos, e da tirania do presente, insistir nesse tema nunca é demais.

O amor à vida talvez seja o ponto de partida para que os filhos entendam, aprendam e pratiquem a compaixão e a generosidade, por exemplo; para que saibam se conter e esperar condições para conseguir adiar a satisfação e o prazer; e para que consigam praticar a renúncia, mesmo que isso provoque um alto custo pessoal. É importante ensinar aos filhos que é preciso praticar a ética da boa convivência no relacionamento com as meninas -todas elas - e, mais tarde, com as mulheres - qualquer mulher; e, às filhas, que elas não podem naturalizar o domínio dos homens sobre as mulheres, tampouco se submeter a qualquer tipo de violência física, emocional, psíquica dos homens -qualquer um deles. Isso tem se mostrado fundamental em uma sociedade que valoriza o consumidor tanto a ponto de tornar quase invisível o cidadão.

Precisamos, tanto no convívio pessoal quanto no impessoal, um pouco mais de respeito dos homens para com as mulheres, não é verdade? Claro que precisamos dele em todas as relações, mas hoje enfatizo esse tipo de relacionamento. É justamente por isso que - seja você mãe ou pai de meninos ou de meninas - cada notícia ou acontecimento de violência de homens contra mulheres diz respeito à você, e a eles também.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2015.**

A América Latina depende das mulheres (SRI MULYANI INDRAWATI)

AS MULHERES latino-americanas se tornaram um instrumento de mudança em seus países. Mais de 70 milhões de mulheres ingressaram no mercado de trabalho nos últimos anos. Dois terços do aumento na participação da mão de obra feminina nas duas últimas décadas podem ser atribuídos a um nível educacional mais elevado e às mudanças na formação familiar, como o casamento tardio e a menor fertilidade.

Educação e capacitação econômica estão intimamente ligadas. Ao apoiar a educação de mulheres e meninas, a América Latina conseguiu reduzir a disparidade no ensino, levando mais mulheres do que homens às escolas. Os rendimentos das mulheres contribuíram para a redução de cerca de 30% da pobreza extrema e da desigualdade na região entre 2000 e 2010. Elas desempenham um papel fundamental na condução do crescimento necessário para acabar com a pobreza extrema e na construção de sociedades resilientes.

Para que a América Latina faça a transição de uma região de renda média para alta, homens e mulheres precisam empurrar as fronteiras da igualdade de oportunidades. Mas, para chegar lá, é preciso lidar com três questões principais. Primeiro, as taxas de violência e gravidez na adolescência permanecem altas. Quase uma em cada três mulheres da América Latina já sofreu algum tipo de violência perpetrada pelo companheiro. Combater a violência doméstica é vital, tanto pelo dano terrível que causa aos indivíduos quanto pelo impacto sobre famílias, comunidades e na economia. O Brasil perde 1,2% do seu PIB devido a perdas de produtividade ligadas à violência de gênero.

No Rio de Janeiro, o Banco Mundial está trabalhando com o governo para melhorar o sistema de transporte urbano e torná-lo mais seguro para as mulheres, oferecendo acesso a serviços como postos de polícia feminina, clínicas para mulheres, varas de família, iluminação mais adequada, construção de banheiros femininos e disponibilização de totens informativos em alguns dos principais terminais.

Em segundo lugar, a região encontra dificuldade de fortalecer a capacidade das mulheres para assumir o controle de suas vidas; quer seja a menina boliviana que fala quéchua e se esforça para concluir o ensino médio; a mãe moradora de

uma favela nos arredores de Lima que luta para ter acesso à assistência médica; ou uma trabalhadora no Rio que tenta competir em condições de igualdade por empregos com maiores salários.

Mesmo possuindo níveis de formação mais elevados, as mulheres no Brasil, Chile, México, ou Peru recebem salários inferiores aos dos homens, especialmente nas profissões mais qualificadas. Finalmente, bons modelos femininos de liderança podem fazer a diferença. A região tem um número recorde de mulheres chefes de Estado e uma média de 26% de mulheres em Parlamentos. No Brasil, o Banco Mundial trabalha em estreita colaboração com a bancada feminina no Congresso para ajudar as mulheres a participar mais ativamente na política.

Eu me lembro da primeira reunião com a minha equipe administrativa quando me tornei ministra das Finanças da Indonésia. Eu era a pessoa mais nova e a primeira mulher a ocupar esse cargo. Todos na sala eram homens. Naquele momento, soube que deveria me esforçar mais do que qualquer homem para provar que poderia ocupar o cargo. Tenho certeza de que muitas mulheres na América Latina passaram por experiências semelhantes.

Nenhum país pode alcançar o seu potencial até que todos os seus habitantes sejam capazes de fazer o mesmo. A América Latina tem muito a compartilhar sobre suas experiências e deve manter o foco para fechar as lacunas que ainda persistem. A região dispõe dos homens e, certamente, das mulheres para realizar esse trabalho.

SRI MULYANI INDRAWATI, doutora em economia pela Universidade de Illinois, é oficial-chefe de Operações do Grupo Banco Mundial. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2015.**

Jornalismo e interesse público (MARINA WALKER GUEVARA)

QUANDO o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ) iniciou a investigação do caso SwissLeaks, há dez meses, sabíamos que seria uma notícia importante - mas não imaginávamos que levaria executivos do HSBC a pedir desculpas, autoridades governamentais a abrirem inquéritos em vários países e cidadãos a exigir igualdade fiscal e transparência.

O ICIJ é uma rede que, desde 1997, reúne jornalistas independentes em 65 países, investigando questões de importância global, do contrabando de cigarro ao tráfico de tecidos humanos e o papel de empresas contratadas por militares. Não temos fins lucrativos e somos financiados exclusivamente por fundações e indivíduos que não participam de nossas decisões editoriais. Nosso trabalho é sempre sobre questões de interesse público.

Desde 2012, temos investigado paraísos fiscais. Em 9 de fevereiro, ao lado de mais de 50 empresas jornalísticas, expusemos como a filial suíça do HSBC havia aberto e mantido contas bancárias para traficantes de armas, negociantes de diamantes de sangue e sonegadores de impostos do mundo todo. Foram muitos meses de apuração desde que nossos colegas do jornal francês "Le Monde" nos trouxeram dados e pediram que organizássemos a investigação mundial. Convocamos alguns dos melhores jornalistas de nossa rede (e de fora dela) para pesquisar os quase 60 mil arquivos vazados e encontrar casos de interesse público, país a país.

Contas de políticos, industriais importantes, criminosos, pessoas envolvidas em grandes escândalos e celebridades eram de interesse público. Mas não as de milhares de indivíduos, inclusive no Brasil, que não mereciam ser expostos só por terem conta na Suíça. Existem modos e motivos legítimos para isso. Em certos países, os jornalistas não encontraram nome algum que valesse noticiar. É preciso ter coragem e integridade para aceitar isso enquanto colegas ao redor do mundo estão dando furos de reportagem. Fomos questionados por não publicarmos as listas completas. Mas somos jornalistas investigativos, não vazadores de dados, ou ativistas, ou um órgão governamental.

Usamos as mais modernas ferramentas digitais para analisar dados, recrutamos os melhores jornalistas, contextualizamos informações confidenciais e damos às pessoas mencionadas a oportunidade de responder. Trabalhamos por meses com editores e checadores que questionam nossas hipóteses. Escolhemos cuidadosamente nossos parceiros. No caso do SwissLeaks, fizemos parceria com Fernando Rodrigues, respeitado jornalista investigativo do UOL, que até há pouco trabalhava na Folha. Rodrigues revelou detalhes de contas suíças ligadas a envolvidos no escândalo da Petrobras e de empresários de ônibus do Rio. Recentemente, ele sugeriu que incluíssemos outro grupo de mídia para investigar com ele os arquivos brasileiros do SwissLeaks. Agora, o ICIJ trabalha também com "O Globo".

O Senado brasileiro prometeu abrir inquérito sobre o SwissLeaks. Se as autoridades locais quiserem seguir o exemplo de outros países, devem requisitar ao governo francês os arquivos do HSBC referentes ao Brasil, que envolvem mais de 6.600 contas bancárias, ligadas a mais de 8.600 clientes que possuíam cerca de US$ 7 bilhões em 2006/2007, segundo a análise do ICIJ. Desde 2010, governos que pediram essas informações e investigaram as contas recuperaram aproximadamente US$ 1,36 bilhão em impostos não pagos. Muitas outras autoridades fiscais nacionais já decidiram fazê-lo. Sob vários aspectos, o SwissLeaks mal começou.

MARINA WALKER GUEVARA é diretora-adjunta do ICIJ. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2015.**

Querer viver e querer morrer (CONTARDO CALLIGARIS)

"**SOU** Valentina Maureira, tenho 14 anos e sofro de fibrose cística. Peço para falar urgente com a presidente, porque estou cansada de viver com essa doença e ela pode me autorizar a tomar uma injeção e dormir para sempre." Esse apelo foi gravado e postado nas redes sociais por uma jovem chilena. O vídeo se tornou viral (http://migre.me/oRmeH).

O governo do Chile respondeu que a lei do país não permite que o pedido seja atendido. A presidente, Michelle Bachelet, visitou Valentina. E todos prometeram "apoio". A fibrose cística é uma doença genética cujo diagnóstico, 50 anos atrás, era uma condenação à morte. Hoje, graças a cuidados médicos diários e à possibilidade de transplante pulmonar, o prognóstico chega a 40 anos de vida.

Suponho que Valentina, de sua maca de hospital, perguntaria: 40 anos com que qualidade de vida? Depois da visita de Bachelet, disseminou-se um sentimento de alívio na imprensa mundial: Valentina e suas perspectivas estariam melhorando. Mas de onde veio esse alívio?

1) Preferimos acreditar que o sofrimento do outro seja o efeito de uma falta de amor: dessa forma, podemos imaginar que nossa simpatia e nosso afeto sejam panaceias.

2) Pouco nos importa respeitar a infelicidade ou a vontade de morrer dos outros; o que queremos preservar é nossa (suposta) capacidade de fazer os outros felizes.

3) Quando descobrimos que um outro (sobretudo um próximo) não quer viver mais, nossa primeira preocupação é com nossa impotência: como é possível que nosso amor não seja suficiente para que ele ou ela queira viver? Aceitar a vontade de morrer do próximo seria aceitar o fracasso de nosso amor por ele.

4) Para a Igreja Católica, desde o século 5º (Concílio de Arles), o suicídio é um tremendo pecado contra a vida, que é um presente de Deus. Mais tarde, outro concílio aumentou a dose e decidiu que os sobreviventes de tentativas de suicídio seriam excomungados. Cá entre nós, se Deus quisesse que a gente nunca tivesse vontade de morrer, Ele se preocuparia em fazer com que a vida de todos valesse a pena; seria mais eficiente do que excomungar os suicidas.

5) Inventamos que a vontade de morrer ofende a Deus para evitarmos admitir que o suicida não achou que nós fossemos uma boa razão para ele continuar vivendo.

6) Em suma, com a "melhora" de Valentina, podemos voltar a acreditar que o amor basta para dar vontade de viver a quem se sentir amado. Queremos acreditar nisso ainda mais quando se trata de uma criança ou de um adolescente.

Há um ano, a Bélgica tornou possível a eutanásia de menores. Escrevi sobre o fato (http://migre.me/oRpKf), comentando que a lei belga talvez fosse "o começo do fim de nosso jeito louco e narcisista de amar as crianças - ou seja, daquele amor que diz: como é que nossas crianças poderiam ser infelizes (pior, desejar a morte), se nós existimos e as amamos?".

E concluí: "Os legisladores belgas souberam colocar as crianças antes das necessidades narcisistas dos adultos - reconheceram que ela não é obrigada a querer viver só para que a gente se sinta bem". Procurando o vídeo de Valentina, esbarrei nos da Exit e da Dignitas, as associações suíças de assistência ao suicídio. Para mim, eles são perturbadores. Por quê?

Não estranho o fato de que as pessoas que se suicidam diante da câmera pareçam estar ótimas - algumas até capazes de fazer brincadeiras na hora de tomar seu barbitúrico final. Imagino facilmente a alegria maníaca que a perspectiva da morte iminente pode suscitar em quem sofre além da conta. Se mal consigo assistir a esses vídeos até o fim é porque, de alguma forma, eu também me sinto responsável, como se tivesse o dever de fazer que essas pessoas, apesar de sua dor, amassem a vida.

Ou seja, como se eu devesse ser, para todas elas, uma razão de viver. É a ampliação da ideia infantil de que nossa presença ao mundo deveria bastar para que nossa mãe fosse totalmente feliz. Alguém me pergunta: e se alguém se arrepender depois de tomar seu veneno? Tem como voltar?

Não. Mas receio mais o caso inverso. Se, numa doença degenerativa, eu espero demais, posso passar da fase em que ainda conseguiria me matar ou convencer os outros a me ajudarem a morrer. Para essa questão, esperando a estreia do filme "Para Sempre Alice", em 12 de março, veja o livro homônimo de Lisa Genova (Nova Fronteira).

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2015.**

Ensino médico em crise, pacientes em risco (BRÁULIO LUNA FILHO)

O CREMESP (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo) divulgou recentemente os resultados da décima edição de seu exame, cujas provas ocorreram em outubro último. O número de reprovados é alto e preocupante, refletindo a baixa qualidade do ensino da medicina no Estado e, quiçá, no Brasil, já que, entre 468 formandos de outras unidades federativas, o resultado foi ainda pior.

Submeteram-se à prova 3.359 recém-formados. Dos 2.891 inscritos de São Paulo, 55% (1.589) tiveram média de acerto inferior a 60% do conteúdo apresentado. Destaque-se que o exame é composto de questões fáceis ou medianas, pela análise psicométrica clássica (Índice de Facilidade e Discriminação). Já entre os novos médicos de outros Estados, a reprovação foi de 63,2%.

O baixo aproveitamento é ainda mais desalentador quando se considera o despreparo dos novos profissionais em áreas fundamentais como clínica médica, pediatria, ginecologia, obstetrícia e cirurgia geral. Eles mostraram ignorância em questões simples, como o atendimento inicial a vítima de acidente automobilístico ou de ferimento por arma branca, casos de pneumonia na comunidade, pancreatite aguda e colelitíase (pedra na vesícula).

Das 42 escolas do Estado de São Paulo, 30 participaram da avaliação. As 20 piores colocações ficaram com as instituições privadas, que cobram mensalidades entre R$ 6.000 e R$ 9.000, mas não oferecem em contrapartida formação adequada àqueles que investem no sonho de ser médico. Isso é inquietante, porque a maioria desses novos graduados em breve estará na linha de frente da assistência médica em pronto-socorro e pronto atendimento. Houve um curso cujos alunos não ultrapassaram 13% de acertos.

O exame do Cremesp não pode, por força da lei, impedir ninguém de ser médico. Por mais desqualificado que seja esse profissional, o ônus da má formação recai sobre os cidadãos. Somos nós, nossos filhos, pais, parentes e amigos que correremos risco ao sermos atendidos por um desses médicos. O Cremesp fará sua parte dentro do que lhe é possível. Os resultados são entregues individualmente e em caráter confidencial aos novos médicos. As escolas também receberão relatório detalhado sobre o desempenho de seus alunos, para que tenham a possibilidade de aperfeiçoar seus cursos.

Os dados ainda serão disponibilizados aos ministérios da Educação e da Saúde, ao Conselho Federal de Medicina, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Ministério Público e a conselhos nacionais de saúde e educação. Esperamos que cada uma dessas instâncias cumpra seu papel, intervindo e envidando esforços para mudar o atual panorama do ensino médico. O exame do Cremesp deixa escancarado que é inadequada a maneira como o governo avalia as escolas de medicina. A título de exemplo, a já citada escola médica que teve apenas 13% de aprovação na presente edição da prova do conselho possui resultado satisfatório no Enade, o exame que o Ministério da Educação (MEC) usa para avaliação.

Evidentemente há pouca disposição de mudança em boa parte das escolas médicas privadas. Elas, aliás, não esboçam interesse em serem avaliadas, pois isso significaria mais investimento no corpo docente, em laboratórios e biblioteca médica. Hoje, mais de 80% dos cursos privados do Estado de São Paulo não tem hospital-escola.

Finalizando, da mesma forma como existe avaliação obrigatória para exercer a profissão de advogado ou a de contador, propugnamos que também deva haver uma prova obrigatória para os recém-graduados em medicina. Ou as planilhas e processos são mais importantes do que a saúde e a vida? A resposta só pode ser um rotundo "não".

BRÁULIO LUNA FILHO, 61, é presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2015.**

Lixo acadêmico, causas e prevenção (ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE)

UM POUCO timidamente começa a comunidade acadêmica brasileira a se manifestar sobre o declínio de qualidade de sua própria produção científica. Um rápido histórico ajudará a compreender o problema. Já na década de 1970, o fluxo de jovens cientistas brasileiros com formação no exterior, principalmente nos EUA, provocou a incorporação na cultura acadêmica local do preceito de que a produção científica, para ser válida, tinha de ser divulgada e avaliada internacionalmente.

Em seguida, já em finais da década de 80, após a publicação na Folha de uma lista dos pesquisadores brasileiros, ranqueados segundo o número de citações recebidas, passou-se a considerar relevante esse fator para medir o grau de inclusão do conteúdo de um artigo no corpo universal do conhecimento científico, ou seja, o grau de sua verdadeira contribuição científica. Muitas das organizações de apoio à pesquisa adotaram critérios que levam em consideração publicações e citações de seus beneficiários, o que é absolutamente necessário.

Todavia esses critérios vieram a ensejar artifícios, para não dizer artimanhas, para ludibriar os sistemas de avaliação, usando, obviamente, algumas de suas compreensíveis falhas. Essa contingência não teria importância não estivesse ela sendo agregada sorrateiramente à cultura acadêmica brasileira. Listo alguns desses subterfúgios:

1. O pagamento de "pedágio" se estabelece quando um pesquisador consegue, por mérito ou oportunismo, apoderar-se de um meio de produzir dados. Com o que afluem outros pesquisadores ao seu laboratório e, como pagamento, incluem em artigos o nome do "dono da bola".

2. "O compadrio". Observa-se nesses últimos 15 ou 20 anos um crescimento do número de autores por artigo publicado. Grupos de pesquisas também cresceram, e o número de autores com frequência passa de 10 e às vezes chega a 20. A conclusão é de que há um acordo de cavalheiros entre membros de grupos para compartilhar autorias. O número de publicações e de citações é assim multiplicado.

3. O "franciscanismo" (dar para receber), intra ou inter, dependendo se a burla ocorre entre membros de uma ou de mais instituições. Com frequência começa como troca de gentilezas para depois degenerar em perversão consciente.

Essas e outras práticas vêm sendo estimuladas pela eclosão de publicações de "acesso aberto" ("open access"). São cerca de uma dezena de editoras, cada qual com uma centena ou mais de revistas na internet. Um pagamento que não passa de US$800 é praticamente a única exigência imposta aos autores. Essa, porém, não é, como vem considerando a imprensa, a causa da corrupção, mas apenas um incentivador assessório. A inclusão, certamente inadvertida, de algumas dessas publicações dentre as homologadas por organizações de apoio à ciência é pouco significativa.

Algumas providências poderiam ser adotadas para reduzir essas perversões. Por exemplo: limitar o número de autores admitidos como tal em cada artigo, digamos a três ou quatro, ou alternativamente, adotar um índice em que o número de citações seja dividido pelo número de autores; referendar apenas artigos com um número mínimo de citações, digamos dez; caracterizar e identificar casos de "franciscanismo" e "compadrio", o que é relativamente fácil. Resta ver se é politicamente interessante para os caciques.

ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, 83, físico, é professor emérito da Unicamp e membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e do Conselho Editorial da Folha. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2015.**

Medicina policialesca (DRAUZIO VARELLA)

PASSEI da idade de me surpreender com a estupidez humana. Ainda assim, fiquei revoltado com a atitude do médico que entregou à polícia a menina que tomou Cytotec para abortar. Em nome de que princípios um profissional recebe uma menina de 19 anos, fragilizada pelas complicações de um abortamento provocado sem assistência médica, ouve sua história, calça as luvas, toca seu útero e os anexos, adota a conduta que lhe parece mais adequada, sai da sala e chama a polícia para prender em flagrante a paciente que lhe confiou a intimidade?

Existe covardia mais torpe? A função primordial da medicina é aliviar o sofrimento humano. Independentemente das contradições jurídicas criadas por uma legislação medieval, machista e desumana como a brasileira, entregar a menina à polícia contribuiu para tornar-lhe o sofrimento mais suportável?

A questão do aborto ilustra como nenhuma outra a hipocrisia moralista imposta às mulheres pobres, pelos que se intitulam defensores da vida e atribuem a si próprios o papel de guardiões dos bons costumes e porta-vozes oficiais da vontade de Deus. A realidade é cristalina: o aborto é livre no Brasil, basta ter dinheiro para pagar por ele. Não faltam clínicas particulares e hospitais com médicos experientes que realizem abortamentos em boas condições técnicas, desde que bem remunerados. Muitos ginecologistas que se negam a praticá-los em suas pacientes indicam esses colegas, não raro criticados pelos mesmos que fizeram o encaminhamento. Dias atrás, Cláudia Colucci, colunista desta Folha, lembrou a pesquisa realizada pela Unicamp em conjunto com a

Associação dos Magistrados Brasileiros mostrando que 20% dos 1.148 juízes entrevistados tiveram parceiras que ficaram grávidas sem desejá-lo: 79,2% abortaram. Das 345 juízas que participaram, 15% já haviam tido gestações indesejadas: 74% fizeram aborto. A colunista citou estudo semelhante conduzido pela Federação das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) entre ginecologistas e obstetras: diante de gestações indesejadas, cerca de 80% de suas mulheres recorreram à prática.

Entre as médicas ginecologistas a situação é semelhante: 77% interromperam sua gravidez indesejada. Por outro lado, 60% dos profissionais ouvidos confessaram que não ajudariam uma paciente, encaminhando-a a outro médico ou indicando medicamento abortivo. Na Penitenciária Feminina da Capital, são muitas as meninas que abortaram em espeluncas mantidas, na periferia, por mulheres que vendem Cytotec e realizam procedimentos cirúrgicos semelhantes às torturas dos tempos da Inquisição. Mas, quando essas mulheres vão parar na cadeia, são encaminhadas para a ala do seguro. As mesmas que a elas recorrem nos momentos de aflição recusam-se a cumprir pena ao seu lado. Dizem que "elas matam criancinhas". Estudo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro revelou que, em 2013, o SUS internou 154.391 mulheres com complicações de abortamentos. Como a estimativa é de que aconteça uma complicação para cada quatro ou cinco casos, o cálculo é de que tenham ocorrido de 685 mil a 856 mil abortos clandestinos no país.

Um estudo publicado por pesquisadores da Universidade de Brasília mostra que 20% das 37 milhões de brasileiras com mais de 40 anos já fizeram aborto. Esses números servem de referência para a Organização Mundial da Saúde. Feitos nas piores condições, complicações em abortos são a quinta causa de morte materna, no país. A questão não pode ser mais tratada da forma bizarra e irresponsável como tem sido. Não se trata de ser a favor ou contra. Todos somos contrários, especialmente as mulheres grávidas que a ele recorrem como última saída.

O problema do aborto não é moral, é questão de saúde pública. Se 20% das brasileiras com mais de 40 anos já abortara na clandestinidade, deveríamos puni-las com o rigor das leis atuais? Haveria cadeia para mais de 7 milhões?
Deixemos de hipocrisia. Nossa legislação só não muda porque as mulheres de melhor poder aquisitivo abortam em condições relativamente seguras. As mais pobres é que correm risco de morte e sentem na pele os rigores da lei.

DRAUZIO VARELLA é médico cancerologista. Por 20 anos dirigiu o serviço de Imunologia do Hospital do Câncer. Foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil e do trabalho em presídios, ao qual se dedica ainda hoje. É autor do livro 'Estação Carandiru' (Companhia das Letras). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Janeiro de 2015.**

O ASSUNTO É DIA INTERNACIONAL DA MULHER

A hora de dar o passo (PHUMZILE MLAMBO-NGCUKA)

NEM TEMPO em que as atrocidades e a violência contra as mulheres parecem intermináveis, o Dia Internacional da Mulher não parece um bom momento para celebrar a igualdade. Contudo existe outra realidade em que, como nunca antes, as meninas são maioria nas escolas e as que obtêm mais titulação; a mortalidade materna está nos níveis mais baixos; as mulheres ocupam cargos de liderança e se colocam em pé de igualdade, fazendo-se escutar e exigindo medidas.

Em setembro, fará 20 anos que milhares de delegadas e delegados partiam para a histórica 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, com grandes esperanças. A sensação esmagadora era a de que as mulheres haviam conquistado uma grande vitória. E haviam: 189 líderes mundiais tinham comprometido seus países com uma plataforma de ação com promessas ambiciosas, mas realistas, em áreas-chave e com uma rota para cumpri-las.

Se os países tivessem cumprido com todas essas promessas, hoje estaríamos observando mais avanços em matéria de igualdade para as mulheres e estaríamos vivendo em um mundo mais saudável, próspero e pacífico. Tivemos uma expectativa ambiciosa de acabar em 20 anos com um regime de desigualdade de gênero. Era pedir demais? Quanto custaria liberar o potencial das mulheres no mundo? Se as lideranças do mundo não queriam investir na igualdade de gênero, por que fizeram essas promessas?

Algumas mulheres estão ocupando lugares nos principais centros de tomada de decisões. Em 1990, as chefes de Estado ou de governo eram 12; em 2015, são 19, mas o restante são homens. Oito em cada dez parlamentares em todo o mundo são homens. A mortalidade materna caiu 45%, mas a meta para 2015 era a diminuição de 75%. Contudo, há 140 milhões de mulheres sem acesso ao planejamento familiar: a meta para 2015 era a cobertura universal.

Há mais mulheres trabalhando: há 20 anos, 40% delas tinham emprego remunerado e assalariado. Hoje, essa proporção aumentou para cerca de 50%; porém, a esse ritmo, seriam necessários 80 anos para alcançar a paridade de gênero no emprego e mais de 75 anos para obter a igualdade salarial. Este ano representa uma grande oportunidade para as lideranças mundiais e um grande desafio. Quando se reunirem na sede das Nações Unidas, em Nova York, em setembro, terão a oportunidade de revisitar e voltar a se comprometer com os objetivos de Pequim.

Recordamos os compromissos adquiridos e conclamamos as lideranças para que tomem ação imediata. Nosso objetivo é simples: uma ação substancial, com enfoque urgente, nos próximos cinco anos para alcançar os objetivos de Pequim antes de 2030. Há uma necessidade imperiosa de modificar o ritmo atual. A baixa representação das mulheres na tomada de decisões políticas e econômicas ameaça o empoderamento delas e a igualdade de gênero, de cuja abordagem os homens podem e devem fazer parte.

Se os países partirem do progresso obtido durante os últimos 20 anos, se as lideranças desmantelarem estereótipos, investirem no necessário, forjarem alianças com empresas e sociedade civil - sobretudo com mulheres e organizações de mulheres - e assumirem a responsabilidade, a igualdade poderá ser conquistada antes. No fim, as mulheres terão igualdade. Por que esperar? As lideranças mundiais já haviam combinado que, para chegar até esse objetivo, têm que colocar em prática ações imediatas - e a hora é agora.

PHUMZILE MLAMBO-NGCUKA é diretora-executiva da ONU Mulheres; foi vice-presidente da África do Sul (2005-2008, governo Thabo Mbeki). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Janeiro de 2015.**

O ASSUNTO É DIA INTERNACIONAL DA MULHER

O devido respeito (LUIZA NAGIB ELUF)

A MOÇA era alta, magra, morena de cabelos longos, lisos e negros, olhos escuros amendoados, dentes perfeitos e lábios de fazer inveja. Advogada recém-formada, procurava emprego. Encontrou a empresa, mandou o currículo, foi chamada.

Na entrevista, pediu salário alto, achando que teria de negociá-lo depois. Que nada: aceitaram na hora, estava aprovada. Voltou para casa feliz e ficou aguardando. Dois dias depois, o presidente da empresa liga e faz um convite. "Venha amanhã à noite tomar um vinho comigo e assinaremos o contrato." Ela se surpreendeu, disse que não poderia encontrá-lo no horário sugerido, mas na segunda às 10 horas da manhã estaria na empresa.

Constrangida, preocupada e decepcionada, a moça ligou para a tia, uma mulher de negócios, bem-sucedida e experiente. "O que faço?", perguntou. "Acostume-se", disse a tia, "é assim com toda mulher, gorda ou magra, alta ou baixa, bonita ou feia - mas com as bonitas é pior". "Vou ou não vou?", quis saber a moça. "Vá, não perca a oportunidade. Converse, não se intimide, mostre segurança, deixe claro que pretende trabalhar. Se houver um ataque sexual explícito, reaja como seu bom senso mandar, mas sugiro que não tenha medo e diga adeus."

Mulheres são assediadas no trabalho, na escola, nas ruas e algumas, sem sorte, em casa. A lei considera crime as investidas praticadas contra subordinadas (assédio sexual, art. 216-A, do Código Penal). Poucas vão à delegacia prestar queixa, devido às dificuldades de conseguir provas, devido ao medo ou à descrença, mas a Justiça do Trabalho vem sendo

receptiva aos reclamos das empregadas, concedendo-lhes indenizações que asseguraram um pouco de dignidade à mulher no ambiente de trabalho.

Com a idade, em geral após os 40, o assédio diminui, mas não acaba. Temendo a desvalorização e o desprezo, elas recorrem à ciência, medicina e tecnologia para driblar os sinais do tempo. Aos 50, à plástica. Não há conforto nesse universo. Pior de tudo é a sensação de injustiça social; homens parecem mais felizes, mais poderosos, não sofrem assédio nem se preocupam com a velhice porque pensam ser amados de qualquer jeito. Engano, o patriarcado acabou. Nos dias de hoje, ambos os sexos passam pelas mesmas agruras. Envelhecer não é fácil, mas tudo depende de como a idade é percebida e trabalhada.

Alguns homens ainda se sentem em posição de superioridade porque conseguem parceiras de qualquer forma, principalmente pagando - mas é só uma sensação, não é realidade. Na verdade, o desconforto é de todos, e a supervalorização do sexo na meia-idade é tragicômica (já a valorização, sem ideia fixa, é bastante benéfica).

Parece antiquado priorizar o "conteúdo" das pessoas; o intelecto anda em baixa e não faz diferença se a moça é analfabeta ou o sujeito não tem noções de higiene, o importante é o traseiro de cada um. No Dia Internacional da Mulher, vale dizer que sentir desejo é normal, mas abusar das pessoas é ímpio. Respeitar o outro é essencial ao desenvolvimento de uma nação. Enquanto estivermos presos a conceitos medievais de relacionamento de gênero, o país não alcançará o desenvolvimento que almeja.

O respeito aos direitos da mulher como ser humano é condição "sine qua non" para o aquecimento da economia, para paz dentro e fora do lar e para o bom encaminhamento das crianças.

LUIZA NAGIB ELUF, advogada e escritora, é Procuradora de Justiça aposentada do Ministério Público-SP e preside o Instituto de Águas do Brasil. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Janeiro de 2015.**

Lucas Rocha
Curso de Redação